



Araçariguama, 22 de outubro de 2021.

**Ofício nº 252/2021 – GP**

Senhor Presidente,

Venho por meio deste, solicitar os bons préstimos à Vossa Excelência, apresentar para apreciação e votação do seguinte projeto de lei;


**PROJETO DE LEI Nº 26, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a fixar e cobrar preço público pela ocupação do espaço de solo em áreas públicas municipais, pelo sistema de posteameto de rede de energia elétrica e de iluminação pública, de propriedade da concessionária de energia elétrica que os utiliza, ou venha a utilizar, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.

  
**RODRIGO DE ANDRADE**  
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor  
**PAULO HENRIQUE SANCHES VOLCOV**  
DD. Presidente da Câmara de Araçariguama

**C. M. ARAÇARIGUAMA - SP**  
**PROTOCOLO N.º 610/2021**  
**EM 26 / 10 / 2021**  
**HORA: 11:23**  
**ASS.: **



Araçatiguama, 22 de outubro de 2021.

**MENSAGEM Nº 278/2021**

**PROJETO DE LEI Nº 20/2021**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que *autoriza o Poder Executivo Municipal a fixar e cobrar preço público pela ocupação do espaço de solo em áreas públicas municipais, pelo sistema de posteamento de rede de energia elétrica e de iluminação pública, de propriedade da concessionária de energia elétrica que os utiliza, ou venha a utilizar, e dá outras providências.*

Dessa forma, os postes de transmissão de energia elétrica são usualmente alugados para empresas de TV a cabo, de telefonia, de fibra ótica e tantas outras que necessitam de uma forma segura de transmissão de dados, representando uma importante fonte de renda para as empresas concessionárias que, utilizando-se do espaço público, sem qualquer contraprestação.

Além de lucrarem com a atividade de distribuição de energia elétrica, também obtêm grandes lucros com o “aluguel” dos postes, enquanto que imóveis residenciais, comerciais e industriais, por exemplo, pagam IPTU, bem como outras tantas atividades – como eventos, filmagens e propaganda em outdoors pagam pelo uso de áreas públicas.

Apesar da concessão dos serviços públicos ser de atribuição Federal e/ou Estadual, caso se trate de serviço concedido pelos Estados ou pela União, conforme o trazido no art. 21, incisos XI e XII, da CFRB/88, é certo que no caso da utilização de bens públicos, cabe aos Municípios, nos termos do que dispõem os artigos 30 e 182 da CFRB/88, dispor sobre o cumprimento de regras municipais a serem observadas pelas empresas concessionárias, até mesmo em relação à contraprestação remuneratória, pois, além dos serviços públicos essenciais exercidos pelos postes na distribuição de energia elétrica, a estas são agregadas outras atividades grandemente rentáveis, como a utilização por emissoras de TV a cabo, empresas telefônicas e outras, que pagam pela utilização dos postes e, desta forma, dentro de sua competência estabelecida nos artigos constitucionais acima citados, cabe aos municípios definir a hipótese de cobrança ou não do uso do espaço público pelos postes.





Além disso, é notório que o entendimento das empresas concessionárias de que tal valor será repassado ao consumidor não se justifica, uma vez que os valores das tarifas são definidos pela ANEEL, levando em conta vários fatores, bem como acreditamos que no cômputo do valor da energia elétrica atual não sejam levados em consideração, os altos valores recebidos pelas concessionárias com os serviços de alugueis de postes, cabendo, inclusive, à ANEEL esclarecer tal fato à população brasileira.

Por fim, o Projeto de Lei prevê, ainda, sua regulamentação pelo Poder Executivo Municipal, que poderá efetuar estudos, com relação ao valor a ser fixado e sua consequente forma de cobrança.

Ante o exposto, considerando que se trata de medida política-administrativa de interesse público, tenho a grata satisfação de levar ao conhecimento de Vossas Excelências este importante Projeto de Lei para avaliação, discussão e aprovação por essa Egrégia Casa de Leis.

Nesta oportunidade renovo a V. Exa. e aos seus ilustres pares, votos de estima e consideração.

  
**RODRIGO DE ANDRADE**  
Prefeito do Município

Ao Excelentíssimo Senhor  
**PAULO HENRIQUE SANCHES VOLCOV**  
DD. Presidente da Câmara de Araçariguama



PROJETO DE LEI Nº 25, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a fixar e cobrar preço público pela ocupação do espaço de solo em áreas públicas municipais, pelo sistema de posteamto de rede de energia elétrica e de iluminação pública, de propriedade da concessionária de energia elétrica que os utiliza, ou venha a utilizar, e dá outras providências.

**RODRIGO DE ANDRADE**, Prefeito do Município de Araçariguama, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fixar e a cobrar, mensalmente, preço público relativo à ocupação e ao uso do solo em áreas públicas municipais pela concessionária de energia elétrica proprietária dos postes fixados em calçadas e logradouros.

**Parágrafo único.** Para os fins dessa Lei, postes são estruturas de concreto, metal, madeira ou outro material que suportam os fios, cabos e equipamentos da rede de energia elétrica, telefonia, iluminação pública, difusão de imagens, sons, entre outros que venham a ser definidos em Lei.

**Art. 2º** O preço público previsto no art. 1º desta Lei será devido pelo proprietário do poste.

§ 1º Incidirá o preço público sobre todos os postes e equipamentos existentes ou que sejam implantados no Município, a contar do início da vigência dessa Lei, observado o disposto no art. 3º.

§ 2º A fixação da cobrança do preço público prevista nesta Lei, a ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo, deverá utilizar, como critério, a área ocupada pela base do poste padrão, junto ao solo, multiplicada pelo número de postes de cada proprietário existente em solo público no Município.





§ 3º O lançamento do preço público sobre os postes e equipamentos de que trata o § 1º desse artigo será definido por meio de Decreto do Poder Executivo, que estabelecerá o valor e a forma de seu reajuste.

§ 4º O preço público de que trata o § 3º desse artigo será cobrado a partir da data de vigência do Decreto que regulamentar essa Lei.

§ 5º O usuário do poste será responsável solidariamente pelo preço público.

**Art. 3º** Ficam as concessionárias proprietárias dos postes e equipamentos instalados em logradouros públicos do Município, obrigadas a apresentar cadastro das redes existentes, bem como a localização individual de cada poste e dos equipamentos nele instalados, devidamente mapeadas, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Lei.

**Parágrafo único.** No caso da não apresentação do cadastro de rede, a Administração Pública efetuará o lançamento, através de seus órgãos administrativos, e o levantamento do número de postes e equipamentos instalados, sem prejuízo da aplicação de multa, cuja incidência será regulamentada por Decreto pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 4º** As concessionárias deverão manter atualizadas, junto aos órgãos administrativos do Município, as ampliações ou as reduções das áreas ocupadas pelos postes, para fins da estipulação do preço público, a ser cobrado pela ocupação do espaço de solo em áreas públicas municipais, de que trata a presente Lei.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Araçariçuama, 22 de outubro de 2021.

  
**RODRIGO DE ANDRADE**  
Prefeito do Município